



Curso: Mestrado em direito relações internacionais e desenvolvimento Mestrado em direito relações internacionais e desenvolvimento

Título: A legalização da prostituição - a efetividade do Direito ao Trabalho

Autores: Ana Beatriz Gonçalves Moreira Caser

orientador: Ycarim melgaço Barbosa

Resumo

Introdução e Objetivos

Investigar a teoria dos direitos humanos e fundamentais que orientam ao reconhecimento da dignidade de qualquer pessoa trabalhadora na construção de um estado democrático de direito comprometido com a justiça social. Alinhar direitos humanos, fundamentais e sociais como promotores da mais ampla dignidade humana. Observar o trabalho das mulheres profissionais do sexo na cidade de Goiânia. Discutir e Analisar o projeto de lei Gabriela Leite (4211/2012) em tramitação no Congresso nacional seus conceitos e adequação com os anseios dessa classe trabalhadora.

Material

No decorrer da pesquisa será feito um levantamento da literatura no âmbito da sociologia e do direito que versam sobre as profissionais do sexo, investigando esse mundo que até os dias atuais, em nosso país, sofre com a marginalização e preconceitos. Será utilizada literatura de feministas e sociólogos que investigaram as expectativas, desejos e modo de vida dessas profissionais. Também, será necessário analisar extensa bibliografia acerca da teoria dos direitos humanos, fundamenta e sócias, como Robert Alexy, Lynn Hunt, Joaquim Herrera Flores, Boaventura de Sousa Santos, Jorge Luís Souto Maior, Maurício Godinho, entre outros. Será feito ainda um estudo aprofundado do projeto de lei 4211/2012, de autoria do deputado federal Jean Willis, orientado pela justificativa de tal projeto. Buscar-se-á fazer entrevistas com mulheres prostitutas na cidade de Goiânia.

Resultado

Diante de uma análise superficial da problemática colocada no início percebeu-se que a prostituição é uma atividade amplamente praticada em nossa sociedade e encontra ramificações em todas as classes sociais e, embora, exista um número relevante de mulheres que iniciaram no mundo da prostituição por falta de oportunidades ou perspectiva de vida, existe um percentual também relevante de mulheres adultas e livres, que livremente optam pela prostituição como meio legítimo de vida, sobretudo pela possibilidade de remuneração acima do atual salário mínimo vigente no país. Percebeu-se, ainda, que há na sociedade de maneira geral uma visão deturpada e preconceituosa acerca do modo de vida dessas pessoas. Pela análise do projeto de lei 4211/2012 percebe-se um avanço legislativo e social ao reconhecer a profissão e conceituar as práticas nefastas como a exploração da prostituição e a permissão das casas de prostituição.

Conclusão

Pela relevância que o presente recorte pode representar para a vida de inúmeras mulheres profissionais do sexo, acredita-se que a pesquisa irá aprofundar o conhecimento acerca do universo da prostituição reconhecendo a relevância social que desempenham. Como pessoas trabalhadoras as mesmas devem ser destinatárias da proteção social e jurídica, seja através de políticas públicas de saúde e renda, seja através da regulamentação jurídica da atividade. A discussão do tema potencializara a luta no combate à discriminação, à exploração sexual e ao tráfico de pessoas.

Referências

bibliografia acerca da teoria dos direitos humanos, fundamenta e sócias, como Robert Alexy, Lynn Hunt, Joaquim Herrera Flores, Boaventura de Sousa Santos, Jorge Luís Souto Maior, Maurício Godinho.

<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/colecao/ filosofia/direitossociais.pdf>

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade.

PISARELLO, Gerardo. Los derechos sociales y sus garantías: Elementos para una reconstrucción ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). Direitos sociais na Constituição de 1988: Uma análise crítica vinte anos depois



Anais da Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás 2013
Disponível em: <http://anais.pucgoias.edu.br/2013/index.htm>
ISSN: 2177-3327

palavras-chave: Legalização cidadania prostituição

modalidade de Fomento: Fappeg